Sképsis: Revista de Filosofia
ISSN 1981-4534
Vol. XVII, N. 34, 2026, p. 95-108

OUTRA VEZ SOBRE O CETICISMO DE HUME (VERSÃO MODIFICADA)

Ezequiel de Olaso

Tradução
Plínio Junqueira Smith, Unifesp
Email: plinio.smith@unifesp.br
e
Waldomiro José da Silva Filho, UFBA
Email: wjsf.ufba@gmail.com

1

A reflexão anterior nos permitiu descobrir um importante pressuposto da filosofia de Hume.[1] De fato, Hume sustenta que as diferenças entre o dogmatismo e o ceticismo são apenas graduais. Ou seja, em sua opinião, trata-se de duas atitudes filosóficas comparáveis. De acordo com a passagem pouco examinada do *Tratado*, "embora contrários em sua prática e tendência, os raciocínios céticos e dogmáticos são do mesmo tipo" (*Tratado* I, IV, I, 187). De acordo com minha interpretação do ceticismo, a frase pode se aplicar ao dogmatismo e ao ceticismo acadêmico — duas atitudes filosóficas cognitivistas —, mas não ao ceticismo pirrônico, que consiste em evitar essa atitude.

A suposição de Hume também implica que não existem vários tipos de ceticismo, pertencentes a categorias diferentes, como acredito, mas que as diferenças entre o ceticismo acadêmico e o pirrônico também são apenas graduais. Portanto, não lhe parece, em princípio, incoerente ser ao mesmo tempo dogmático, acadêmico e pirrônico em doses variadas que garantam a estabilidade de uma atitude filosófica razoável. Além disso, esse modelo de "ceticismo moderado" é o que Hume propõe como atitude filosófica correta.

Submeter essa suposição e esse modelo à crítica é o objetivo deste capítulo.

2

Minha estratégia será, de novo, recorrer às características do ceticismo antigo, independentemente das opiniões de Hume. Nossa pergunta central será, de novo: a

---

Este artigo foi originalmente publicado com o título "Otra vez sobre el escepticismo de Hume", na revista *Manuscrito*, e, depois, republicado com modificações no livro *Escepticismo e ilustración: la crisis pirrónica de Hume y Rousseau*, Valencia, Venezuela: Oficina Latinoamerica de Investigaciones Jurídicas y Sociales. Mais recentemente, Ricardo Ibarlucía reeditou esse livro (Buenos Aires: Centro de Investigaciones Filosóficas, 2019). Neste número 34, publicamos as duas versões desse texto para que o leitor possa compará-las e ver o trabalho executado por Olaso na sua reelaboração. Por exemplo, parte da versão original foi transferida para o primeiro artigo sobre Hume ("A crise pirrônica de Hume"). Não há mais o agradecimento original, nem o resumo. Mas o mais importante é que muitas mudanças, não apenas de detalhes, foram introduzidas.

[1] Sempre que se refere ao capítulo anterior, Olaso fala do artigo "A crise pirrônica de Hume", traduzido neste número 34 da *Sképsis*.

noção comum de ceticismo é unitária ou é mais apropriado falar de "ceticismos"? Ao nos aprofundarmos nas inevitáveis sutilezas do tema, verificaremos que, além de ter suscitado inúmeras dúvidas sobre a capacidade cognitiva do homem, o ceticismo nos deixou um enigma de igual importância: o de determinar sua própria identidade.

No décimo primeiro livro das *Noites áticas*, Aulo Gélio relata que seus contemporâneos do século I d.C. discutiam as diferenças entre o ceticismo pirrônico e o ceticismo acadêmico. Sexto Empírico, no famoso capítulo 33 do primeiro livro de seus *Esboços pirrônicos*, se perguntou "se a *sképsis* difere da filosofia acadêmica" e, após identificar minuciosamente cinco escolas acadêmicas, concluiu que o pirronismo difere de todas elas. Houve, aliás, muitos céticos das duas vertentes e também filósofos que acreditavam poder defender, sem incoerência, ambas as formas de ceticismo ao mesmo tempo. Houve, igualmente, intérpretes, como o ilustre Victor Brochard, empenhados, sem certeza absoluta, em apagar as diferenças entre ambas as formas de ceticismo.

Antes de abordar as diferenças entre os dois tipos de ceticismo, gostaria de desfazer um equívoco comum, segundo o qual o ceticismo pirrônico seria um dogmatismo dissimulado. Quem raciocina assim costuma argumentar que o pirrônico se baseia em certos princípios básicos e que estes constituem um patrimônio de conhecimentos que o pirrônico se esforça, em vão, para ocultar. Assim, por exemplo, a equipolência das razões seria uma proposição; trazê-la à luz permitiria refutar direta e simplesmente as pretensões não cognitivistas do pirrônico.

Para perceber que a equivalência de razões não é uma tese do pirronismo, convém examinar mais de perto a argumentação pirrônica que, no capítulo anterior, apenas apresentei. A equivalência ocorre entre argumentos de diversos tipos, sejam eles fundamentados na razão ou no sensível, e de acordo com todas as variantes possíveis de oposição. Chamemos de R e S o racional e o sensível, respectivamente, e vejamos um caso de oposição entre R e S.

Anaxágoras argumentou que a neve é preta, baseando-se em considerações do tipo R (HP I, 32; II, 244). Todos nós sustentamos que a neve é branca, baseando-nos em considerações do tipo S. Pode-se dizer, legitimamente, que há aqui equivalência? Será que, todos juntos, não somos capazes de mais do que o inacreditável Anaxágoras? A essas perguntas, o pirrônico responderá, como sabemos, com outra pergunta: que fundamento ou justificativa racional posso oferecer para decidir entre ambas as opiniões? O da maioria, seria um critério aceitável? Também conhecemos o desfecho dessa história. Se eu optar por R, posso fazê-lo com base em R ou em S. Se for em R, começo um regresso ao infinito. Se for S, o pirrônico volta a perguntar em que se baseia ou o que justifica S. Se for R, caio no círculo vicioso; se for S, começo outro regresso. Finalmente, se sugerir que as provas devem ter um termo final e perguntar: "as provas não têm fim?",[2] incorro no vício do postulado ou da hipótese ao estabelecer esse termo sem justificativa. A variedade de apresentações em conflito e a ausência de um critério justificado levam o cético a abster-se de qualquer juízo sobre o que as coisas são. Ele não afirmará que existe equivalência de razões, pois também não o sabe de maneira justificada e, se defendesse essa tese nessas condições, consideraria que estaria incorrendo em dogmatismo. Assim, como nossa linguagem está repleta de expressões assertivas, ele criará expressões menos comprometedoras, que não traem a suspensão. Em vez de afirmar que há equivalência de razões, empregará uma fórmula especial como

[2] Ver Ludwig Wittgenstein, "Hat das Prüfen nicht ein Ende?", em *Über Gewissheit*, edição bilíngue de G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright, tradução para o inglês de Denis Paul e G. E. M. Anscombe, Oxford, Basil Blackwell, 1969, n.º 164 e *passim*.

"Nem mais isto do que aquilo". Diante de dialéticos experientes, ele se deterá em "Não mais" (HP I, 188).

Afastado esse equívoco sobre o suposto dogmatismo do pirronismo, examinarei alguns tópicos nos quais me parece que se torna notória a diferença categorial entre o academicismo e o pirronismo. Ao formular os pensamentos a seguir, não sou guiado por uma paixão taxonômica desenfreada; confesso, sim, minha rejeição a essas promiscuidades conceituais que tanto prejudicam a compreensão dos problemas filosóficos. Por trás da apresentação histórica do problema, estão em jogo questões epistemológicas importantes. No final deste capítulo, veremos que os escritos de Hume nos oferecem um campo privilegiado para observar a coexistência das duas formas de ceticismo, ou seja, do que considero duas posições epistemológicas incomensuráveis entre si.

Nosso fio condutor na análise comparativa de ambas as posições céticas será a exposição do pirronismo (tal como eu o entendo); com base nesta, creio que se destacarão as diferenças em relação ao academicismo.

3

(1) *O pirrônico não afirma nem nega, nem mesmo de forma probabilística.* No primeiro capítulo, observei que o pirrônico não faz afirmações, mas as evita cuidadosamente. Nesse sentido, permanece completamente alheio à tentação de fazer filosofia. Ele não afirma, por exemplo, como Protágoras, que "o homem é a medida de todas as coisas" ou, como Górgias, que "nada existe". O relativismo sofístico pretende lutar contra a filosofia empregando, para isso, as armas filosóficas por excelência, ou seja, os juízos. O pirrônico abstém-se de juízos. Diante de juízos conflitantes, o pirrônico pratica, sem restrições, a *epoché*. Isso significa que ele se absterá não apenas das afirmações habituais do dogmático e das negações habituais do sofista sobre o que é e o que não é, mas também dos juízos "matizados" ou "razoáveis" a favor de um lado, por mais prováveis que pareçam.

Ao analisar, no capítulo anterior, a incrível opinião de Anaxágoras, mostrei os motivos pelos quais o pirrônico se mantém na *epoché*. Examinemos uma alternativa menos extravagante: o pirrônico não pode preferir justificadamente entre povos bárbaros e povos civilizados. O acadêmico, por outro lado, restringe o alcance da *epoché* e admite critérios, se não racionais, pelo menos razoáveis. Parece-me decisivo observar que um e outro cético se dedicam a problemas diferentes. O pirrônico está preocupado com as características próprias do conhecimento verdadeiro, com sua natureza, com seus traços distintivos. Mas também com a justificativa racional dessas características. As provas devem atender a critérios; os critérios devem ser comprovados. Nesse processo de fundamentação, a mente humana gira em círculo, corre para o infinito ou se detém arbitrariamente no postulado (HP I, 164 e seguintes). Diremos que seu problema é a intenção do conhecimento para alcançar sua justificativa. O probabilista, por outro lado, distingue graus de certeza, delimita zonas da realidade mais ou menos cognoscíveis. Seu problema diz respeito à extensão. Ele adota a atitude que chamei de "limitationista".[3]

(2) *O pirrônico não duvida.* Embora sempre se fale, informalmente, das "dúvidas céticas", o pirrônico só é dominado pelas dúvidas no início de sua experiência, diante do conflito de razões, quando ainda acredita que é possível justificar racionalmente a preferência por um conhecimento, quando é um cético imaturo e acredita que

[3] Veja-se o meu estudo "O significado da dúvida cética", *Revista Latinoamericana de Filosofia*, vol. 1, núm. 1, 1975. [Traduzido neste número 34 da revista *Sképsis*.]

filosofar é viável. O que caracteriza o pirronismo não é duvidar, mas fazer com que a dúvida seja seguida pela suspensão, que a *epoché* cancele a atividade de duvidar. Se se identificar "dúvida" (ou seja, a perplexidade perturbadora) com a *epoché*, a essência do pirronismo é eliminada. O que o pirrônico fará não será limitar-se a suspender o assentimento, mas reavaliar a pretensão de verdade (ou de probabilidade) das opiniões assertivas, introduzindo os juízos opostos correspondentes que restabeleçam a equipolência. "Colocar em dúvida" difere da atividade de duvidar tanto quanto o voluntário, ou metódico, difere do espontâneo. Nas centenas de páginas da obra de Sexto não há dúvidas, mas sim uma multiplicidade de opiniões opostas, geralmente alheias; por isso, ela foi uma fonte privilegiada para o estudo da filosofia antiga.

O probabilista, ao contrário, quase não faz outra coisa senão duvidar, não tanto sobre a verdade ou falsidade das proposições, mas quanto à identificação dos graus de conhecimento que se estendem entre a verdade e a falsidade. Ele está sempre dominado pelo receio de "afirmar demais", de ser "excessivamente" dogmático; muito raramente sente o escrúpulo de "afirmar de menos", embora isso possa assaltá-lo. De qualquer forma, assume como preocupação razoável, e até mesmo como objetivo de sua vida, o cuidado em consagrar as proporções entre o que acredita e o que sabe. Não seria ousado conjecturar que o pirrônico é quem torna impossível a teoria do conhecimento empírico, enquanto o acadêmico seria seu fundador.

(3) *O pirrônico não afirma a impossibilidade de conhecer o mundo exterior.* Vários séculos de idealismo e de assimilação de algumas teses do idealismo com o ceticismo costumam levar a supor que uma tese fundamental do ceticismo é a negação da cognoscibilidade do mundo exterior. Essa suposição, que em certa medida é válida no que diz respeito ao ceticismo probabilístico (especialmente ao moderno), não se aplica ao ceticismo pirrônico. Devo admitir que, nos escritos de Sexto, não fica clara a distinção entre mundo exterior e mundo intramental. Mas não porque ele conceba o mundo exterior com categorias do mundo da mente, como faz o idealismo moderno, mas porque o mundo intramental é concebido com categorias do mundo exterior. Mas isso deve ser atribuído à tendência "coisificadora" do pensamento antigo, particularmente do helenístico, antes do que a uma falha peculiar ao pirronismo. Naturalmente, no âmbito do pirronismo, uma afirmação dessa impossibilidade implicaria recair na atividade de fazer asserções, de filosofar e, portanto, prepararia o terreno para futuras perturbações. Em contrapartida, os acadêmicos têm se preocupado, fiéis à sua tendência habitual, em atribuir índices de cognoscibilidade às coisas extramentais de acordo com: critérios que permitem estabelecer uma gradação de credibilidades razoáveis.

(4) *O pirrônico não é fenomenista.* Contra essa tese existe uma tradição pesada. Há, além disso, textos pirrônicos que parecem autorizar essa conclusão. De fato, Sexto não faz uma distinção clara entre "fenômeno" (*phainómenon*) e "afecção" (*páthos*). Existe uma certa tendência a acreditar que, para Sexto, os fenômenos são representações cognitivas, enquanto as afecções seriam puramente patéticas; o texto crucial, utilizado para atribuir o fenomenismo a Sexto, afirma que o pirrônico enuncia o que lhe aparece e comunica suas próprias impressões de maneira não dogmática, sem fazer afirmações sobre coisas ocultas (HP I, 15). Mas devo observar que de forma alguma se pode interpretar que Sexto afirme que essas representações transmitam conhecimento. O próprio Sexto se recusou a aceitar o fenômeno como princípio da ciência porque essas aparências instrumentais "são alvo de muita controvérsia entre os filósofos e na vida cotidiana" (HP II, 360-362; ver também HP II, 357-359). Também se equivocaram aqueles que identificavam as posições do

pirronismo e da escola cirenaica, pois ambas as escolas afirmam que apenas se apreendem estados mentais; Sexto se apressa em ressaltar que os pirrônicos suspendem o juízo a respeito da natureza dos objetos, enquanto os cirenaicos declaram que esses objetos possuem uma natureza real que é inapreensível (HP I, 215).

Um acadêmico, por outro lado, procederia com cautela ao afirmar a existência do mundo exterior e ao estabelecer o nexo cognitivo entre os fenômenos e a realidade. Ele acumularia elementos de juízo, tentaria determinar critérios para distinguir fenômenos fantasiosos dos fenômenos "reais" e basearia seus juízos nessas garantias relativas.

(5) *O pirrônico não é impassível.* Quando apresentei, no capítulo anterior, o problema da natureza da conexão entre suspensão (*epoché*) e tranquilidade (*ataraxia*), observei que o ideal de tranquilidade se refere às coisas passíveis de opinião. Trata-se de algo que costuma passar despercebido e suscita incessantemente um coro monótono de objeções equivocadas. Reitero que o pirrônico admite dois tipos de perturbações: as inevitáveis e as evitáveis. Somente em relação a estas últimas é possível a *ataraxia*. É preciso lembrar que o pirrônico abandonou a prática da filosofia e, com isso, a ilusão de acreditar que, por exemplo, existem coisas boas e ruins por natureza.

Sexto traça um quadro vívido das perturbações que afligem o homem que não adotou a *epoché*: ele acredita estar atormentado pelas coisas ruins e corre atrás das "boas"; quando as alcança, atormenta-se ainda mais pela imoderação com que se apodera delas e pelo terror de perdê-las. Nesse tipo de conflito, o pirrônico permanece imperturbável. "Mas não supomos — disse Sexto — que o cético se encontre completamente imperturbável, mas dizemos que ele está perturbado pelo inevitável" (HP I, 29). É necessário dar todo o peso a essa atitude que, no pirrônico, abrange não apenas as perturbações dolorosas, mas também as prazerosas. A capacidade de perturbação da dor é tão temível quanto a do prazer. De acordo com seu modo característico de agir: Epicuro diz que o prazer é um bem; um cínico, por outro lado, exclamou: "preferiria estar louco a experimentar prazer"; os estoicos dizem que o prazer é indiferente. Portanto, é preciso suspender o juízo (AM IX, 73-74). Mas, novamente, isso se aplica às perturbações que têm sua origem na opinião. O pirrônico reconhece a existência de perturbações inevitáveis e procura suportá-las com moderação, com *metriopátheia* (HP I, 30).

O acadêmico, por outro lado, sustentará que estar perturbado não é o pior dos males e que não se deve renunciar ao conhecimento, embora tenhamos que nos resignar a um conhecimento aproximado que traga como consequência inquietação, seja por pesar ou por gozo. Todas as perturbações são mitigáveis apenas em parte, pois não devemos renunciar à opinião.

(6) *O pirrônico não é inativo.* O pirrônico admite que não há critério viável para justificar racionalmente o juízo. Ele também admite que "na conduta da vida, realizamos algumas ações e nos abstemos de outras". O critério que nos orienta a realizar essas operações é o fenômeno, ou seja, o que nos aparece; a razão para isso é que, como "consiste na paixão e na afeição involuntária, o fenômeno não está aberto a controvérsia" (HP I, 23-24).

Não creio que pareça impertinente vincular esse tema ao anterior. O pirrônico admite, como vimos, a suspensão nas questões opináveis. Admitiria também que a suspensão acarreta a imobilidade? Em seu tratado contra os moralistas, Sexto aconselha "desdenhar" (AM IX, 162) aqueles que consideram que, se for coerente com sua atitude, o cético tem que se confinar à imobilidade. Além do desdém, ele não apresentou muitas razões. Certa vez, tentou esquematizar os tipos

de atos permitidos de acordo com a oposição polar evitável-inevitável. De acordo com a regra de vida que Sexto aceita, é preciso admitir: (a) a orientação da natureza, na medida em que somos capazes de sentir e pensar; (b) a pressão dos instintos e das paixões, pois, por exemplo, a fome nos impele a comer e a sede, a beber; (c) a tradição dos costumes e das leis; (d) a instrução nas artes (HP I, 23-24).

Essas poucas e vagas linhas revelam a fraqueza fundamental do pirronismo. De fato, por que tomar o costume como regra? Basta a consideração trivial de que ele é "uma segunda natureza"? É inevitável? É inequívoco? Por que afirmar, mesmo que sem dogmatismo, que a piedade é um bem e a impiedade um mal? Não há, por acaso, quem defenda o contrário? Essas e muitas outras objeções não permitem, no entanto, atribuir-lhe a profissão de uma atitude que conduza à paralisia.

A relação e o contraste dessa atitude com o probabilismo serão examinados especialmente ao final deste paralelo.

(7) *O pirrônico é um gregário apolítico.* Se a política é o reino do opinável e das paixões sujeitas à opinião, o pirrônico é, por excelência, o desertor do compromisso político. Aderir aos costumes pátrios não é entendido, neste caso, como o mandato de quem se identifica com determinados valores representados por uma tradição. É, antes, o que resta quando se neutraliza todo tipo de avaliação. Esse caráter residual é o que mais convém àquele que deseja viver disfarçado entre os demais e aspira apenas a ajustar sua conduta aos hábitos sociais, não às aspirações pessoais.

A pátria é aqui o lugar onde se vive, não a tradição espiritual à qual se pertence. Por isso, ela não se identifica com determinados valores: é meramente funcional. O pirrônico é um morador, não um cidadão. Quando adota uma moral provisória até que construa seu sistema, Descartes evoca essa moral pirrônica. Os mandatos coletivos, os costumes sociais e as tradições passariam a ser a segunda natureza, que é o substituto, no plano coletivo, dos impulsos naturais, determinantes do comportamento no plano individual. Dito de outra forma: assim como os impulsos naturais são os que determinam nosso comportamento individual, a sociedade seria a responsável por determinar a vida do indivíduo no plano coletivo.

Por isso, as perguntas mais insidiosas para o pirrônico são aquelas que indagam sobre sua atitude pessoal, e até mesmo a exigem: o pirrônico está sozinho com o tirano, e este lhe ordena que cometa um ato abominável, por exemplo, que torture um inocente (AM IX, 146-160 e 164). O que faz o pirrônico? Possivelmente, ele gostaria de nos tranquilizar. Mas sua profissão afilosófica o obriga a perguntar quais são os costumes da região em que se encontra. Suponhamos que nela exista a noção de "inocência" e de "homem inocente"; suponhamos também que exista um costume arraigado de não torturar os inocentes. Mas suponhamos, finalmente, que exista uma tradição inviolável de obediência ao tirano. Dois costumes venerados se encontram em conflito. O pirrônico pode preferir um ao outro? Por outro lado, imaginemos que o resultado de sua escolha não seja desprovido de interesse: se ele obedecer, sobreviverá; se não obedecer, morrerá; tratando-se da ordem de um tirano, nossa suposição não parece ousada. Assim, incorporam-se novos valores em conflito. O desejo de não morrer não pesará de forma decisiva?

A atitude dos probabilistas na prática será examinada ao final destas comparações. Gostaria apenas de lembrar, para que não falte uma certa orientação, que dois personagens das *Academica* são o cônsul Cícero e o cônsul e general Luculo, vencedor de Mitrídates, presumivelmente pouco inclinados às pusilanimidades pirrônicas.

(8) *O pirrônico desconfia da linguagem comum.* Como já indiquei, a linguagem consiste em frases e orações que, em sua maioria, assumem uma forma assertiva. Mas o pirrônico tem que se abster de asseverar nas matérias opináveis; por isso, tem que se opor também às formas comuns de interação linguística. Dez capítulos do primeiro livro dos *Esboços pirrônicos* são dedicados à construção e análise das fórmulas céticas. Neles, Sexto mostra o extraordinário trabalho de detalhe realizado pelos pirrônicos para limitar suas expressões a fórmulas não assertivas. Falta um estudo dessa curiosa gramática afilosófica.

Pelo contrário, os acadêmicos se dedicam com entusiasmo e alegria a percorrer as sinuosidades da linguagem comum. Lembrem-se dos diálogos iniciais e finais das Académicas, de Cícero.

***

Os pontos (6) e (7), relativos à filosofia prática, têm sido tradicionalmente invocados para negar a diferença entre pirrônicos e acadêmicos ou para argumentar que tal diferença, caso exista, é quase imperceptível. Lembrei que o pirrônico propõe como guia para a ação algo como deixar-se levar pelos impulsos da natureza, ou não impedi-los, e por essa segunda natureza (a expressão não é pirrônica) que são os costumes sociais. Os acadêmicos, em especial a partir de Carnéades, reagem contra essa atitude porque acreditam, a meu ver erroneamente, que a suspensão implica necessariamente a imobilidade. A réplica acadêmica recorre, ao que me parece, ao bom senso: a ação humana baseia-se, de fato, na probabilidade. Os melhores intérpretes, de Pierre-Daniel Huet a Brochard, apontaram que, entre uma e outra atitude, a diferença é mínima e talvez nula. Acredito, no entanto, que a diferença entre ambas as doutrinas é tão profunda que seria válido falar de dois mundos. Isso me parece mais evidente justamente no âmbito da filosofia prática.

Ouçamos o argumento de Huet: os acadêmicos distinguem com base na probabilidade, os pirrônicos, com base no costume; mas, para distinguir com base no costume, é preciso recorrer à probabilidade.[4] Brochard também traça essa distinção e conclui: é preciso muita boa vontade para ver nisso uma diferença fundamental.[5] O que talvez predomine nesse tipo de reflexão é a constatação de que, em geral, os costumes favorecem a realização de ações com alta probabilidade de sucesso. É costume arriar as velas quando se anuncia uma tempestade; as velas arriadas, por sua vez, tornam mais provável que o navio não naufrague. Mas essas relações constantes e verificáveis não devem nos fazer esquecer diferenças importantes. Basta esta simples observação: quem se orienta pela probabilidade pode agir independentemente do costume e até mesmo contra ele. E é graças a isso que pode avaliar alguns costumes como preconceitos e propor alternativas. Ao pirrônico, essas possibilidades estão vedadas *a limine*.

Além disso, o acadêmico assume a responsabilidade (proporcional à evidência) por seus atos. E, como acredita que as soluções viáveis são relativas, promove a troca de opiniões a favor e contra: não como o pirrônico, que tem o propósito de mostrar a constante dificuldade em justificar critérios de preferência, mas com o objetivo de alcançar opções razoáveis. Por isso, o academicismo sempre foi defensor da *libertas philosophandi* e lutou para obtê-la. Não é de se estranhar que a tradição pirrônica não tenha nos deixado nenhum relato dessa inquietação. O acadêmico está sujeito a uma ética que inclui, como uma de suas características predominantes, a responsabilidade pessoal. Da mesma forma, ele dá continuidade à tradição helênica de participação na vida pública. O pirrônico, por outro lado, só pode invocar o costume estabelecido, mas justamente para isentar-se de toda

[4] Pierre Daniel Huet, *Traité philosophique de la faiblesse de l'esprit humain*, *op. cit.*, pp. 140-141.

[5] Victor Brochard, *Los escépticos griegos*, trad. de Vicente Quinteros, Buenos Aires, Editorial Losada, 1945, p. 464.

responsabilidade pessoal. Se conseguisse traduzir em atos concretos seu ideal de vida social, creio que conseguiria tornar-se inimputável. Historicamente, além disso, o pirronismo produziu pérolas de ideologia desumana.

Revisemos as características dominantes do pirrônico: não faz afirmações nem negações, nem mesmo probabilísticas; não duvida de forma espontânea; não declara a incognoscibilidade do mundo exterior; não é fenomenista; não é impassível; não está condenado à inatividade; é um gregário apolítico, eticamente irresponsável, e desconfia da linguagem comum, propondo, em seu lugar, uma linguagem que contorne as formas judicativas.

Se agora relembrarmos as principais características do acadêmico, especialmente daquele vinculado à Nova Academia, cujo porta-voz pode ser Cícero (tão lido por Hume),[6] o contraste é notório: o acadêmico é probabilista, acompanha suas reflexões com uma dúvida "saudável", nega a cognoscibilidade do mundo exterior, é fenomenista, acusa os céticos rígidos de serem impassíveis e inativos, defende valores cívicos e admite a linguagem comum.

Como consequência dessas características, a noção de progresso do conhecimento ou, pelo menos, de acumulação de saber é completamente alheia ao pirrônico. A Academia é uma instituição de ensino e de acumulação de um saber cauteloso, mas eficaz. Embora eu tenha deixado de lado temas humanos importantes abordados por Sexto, como o da causalidade ou o da providência divina, acredito que, com o que foi dito, estamos em condições de sugerir leituras proveitosas da *Investigação sobre o entendimento humano.*

4

Hume sustentou que o pirronismo e a filosofia acadêmica são comensuráveis e recomendou uma mistura prudente de ambos os ceticismos, à qual deu o nome de "ceticismo mitigado". A seção anterior deste capítulo procurou demonstrar que ambos os ceticismos são incomensuráveis. Esta seção se propõe a estabelecer que o ceticismo mitigado não tem nada a ver com o pirronismo e que, na medida em que invoca este último, constitui uma vasta e tenaz confusão que tem contribuído para impedir, até hoje, uma compreensão clara da especificidade dos diversos ceticismos.

Desde o início da *Investigação,* Hume propõe uma busca teórica. De forma indireta, ele ressalta várias vezes o caráter aberto, de resultados imprevisíveis, que caracteriza sua investigação cognitiva. Desde o início, ele também adere a uma concepção progressista da ciência. Anuncia empreendimentos profissionalmente vedados ao pirronismo, como "examinar seriamente a natureza do entendimento humano" (*Investigação* I, 12).[7] Nesse ponto, o próprio Hume está ciente de que se aventura na metafísica e suspeita que um cético objetaria o caráter incerto, ou melhor, quimérico, dessa investigação. Ele, por sua vez, acusa seu antagonista espectral de se envolver em um ceticismo completamente contrário a toda especulação e até mesmo à ação (*Investigação* I, 14). Esse veredito, típico do academicismo, e essas suposições, o afastam de qualquer semelhança com o pirronismo.[8]

---

[6] Escrevi e não publiquei "Las *Academica* de Cicerón y el escepticismo de Hume", comunicação apresentada no Colóquio de Estudos Clássicos, Chaco, 1976.

[7] David Hume, *An Inquiry Concerning Human Understanding*, Harvard, Collier & Sons, The Harvard Classics, 1909-1914. Cito, com poucas e leves alterações, com base na versão de Juan Adolfo Vázquez: *Investigación sobre el entendimiento humano*, Buenos Aires, Editorial Losada, 1945.

[8] A objeção de que o pirronismo é "contrário a qualquer ação" é antiga. É possível comprovar que a refutação humeana já havia sido prevista mais de dezessete séculos antes da publicação do *Tratado.* Nas *Academica* (século I d.C.), Cícero considerava que a imobilidade como

Vejamos um caso exemplar. Quando Hume descobre, na segunda seção, um caso em que as ideias simples não derivam das impressões correspondentes, exatamente como determina a epistemologia de Hume, não surge nenhum problema relativo ao critério de preferência. Se fosse um pirrônico imaturo, deveria se esforçar para encontrar a justificativa racional de sua preferência em favor de seu princípio geral. Mas Hume simplesmente desconsidera o contraexemplo, reduzindo-o ao status de exceção e mantendo intacto seu princípio.

Por que age dessa maneira? Porque Hume não almeja a quietude da alma, segundo o modo pirrônico; ele deseja que o repouso espiritual se siga à ciência probabilística, não à ignorância erudita.

Podemos ilustrar melhor essa exposição tomando o caso dos dois primeiros passos da experiência pirrônica: a equivalência de razões e a suspensão.

Consideremos o caso das razões em conflito (*isosthéneia*). Na quinta seção, em que endossa a "filosofia acadêmica" (*Investigação* V, 1), Hume procura mostrar que é o costume que estabelece o nexo entre as representações, mas que o fundamento da crença deve residir em algum fato; caso contrário, argumenta ele, seria impossível conhecer algo real. Essa necessidade de inteligibilidade, essa ansiedade por "fundamentos", é a própria desvirtuação do pirronismo. O modo de raciocinar que se segue vai contra a essência do ceticismo. De fato, ele argumenta que, se o fundamento da crença é um fato e buscamos a razão desse fato, somos obrigados a apontar outro fato.

Um pirrônico diria: e assim se inicia um regresso *ad infinitum*; portanto, é preciso suspender o juízo sobre qual seja o fundamento da crença. Hume, por outro lado, afirma: "como não se pode proceder dessa maneira *ad infinitum*", é preciso deter-se em algum fato presente na memória ou nos sentidos; ou então "admitir que a crença carece completamente de fundamento" (*Investigação* I, 7). Um pirrônico sussurraria que a primeira possibilidade constitui uma grave recaída no vício do postulado arbitrário. E a segunda, uma incursão indevida no reino do oculto. A conclusão coerente com o esquema pirrônico seria: uma vez que, ao tentar estabelecer o fundamento da crença, incorro no regresso ou no postulado, não concluo que "a crença carece completamente de fundamento", o que é um juízo dogmático, mas suspendo o juízo sobre a essência do fundamento da crença. Hume revela nessa passagem seu fundacionismo empirista, ou seja, sua convicção de que os conhecimentos devem possuir um fundamento autônomo e que este deve ser empírico. É claro que se trata de um fundamento plausível, que não conhecemos e, nesse sentido, pode ser caro para um acadêmico, embora fosse uma blasfêmia para um pirrônico.

A *epoché* na *Investigação* deve nos fazer parar para refletir. Na seção que acabei de comentar, Hume analisa a associação habitual entre dois objetos, por exemplo, a neve e o frio; afirma que, se a neve se apresentar de novo aos sentidos, o hábito induz a mente a esperar o frio "e a acreditar que essa qualidade existe e que se manifestaria se estivesse mais próxima de nós" (*Investigação* I, 8). Essas operações da alma são "inevitáveis", assim como o são as paixões do amor e do ódio quando somos beneficiados ou prejudicados: "Todas essas operações", diz ele, "são uma espécie de instintos naturais que nenhum raciocínio ou processo do pensamento ou

consequência da suspensão é um tema antigo sobre o qual "muito se disse, a favor e contra" (*Academica*, II, 108, em M. Tulli Ciceronis *Opera quae supersunt omnia*, 11 vols., edição de J. G. Baiter e C. L. Kayser, vol. 7, Leipzig, Tauchnitz, 1863-1865). Mas já Diógenes Laércio admitia que, na opinião dos céticos, as necessidades vitais são inevitáveis (*Vidas, opiniões e sentenças dos filósofos mais ilustres*, trad. de José Ortiz y Sanz, prólogo de Leopoldo Marechal, 2 vols., Buenos Aires, Emecé, 1945, vol. 2, Livro IX, § 108). Ora, foram os pirrônicos que melhor intuiram, profeticamente, Hume em seu tratado *Contra os moralistas*; Sexto aconselha "desprezar" aqueles que consideram que o cético está confinado à imobilidade (AM IX 162-7; ver HP I, 23).

do entendimento é capaz de produzir ou impedir" (*ibid.*). Ou seja, a *epoché* é impossível. A dupla genealogia das perturbações proposta por Sexto também não oferecia uma oportunidade para a *ataraxia*, pois havia algumas perturbações originadas na parte cogitativa. Hume exclui essa possibilidade.

5

Tanto quanto essas divergências, e outras que eu poderia explorar à vontade, me interessa analisar a concepção que Hume tem do ceticismo, conforme a famosa exposição da seção décima segunda da *Investigação*. Ele começa afirmando que nunca conheceu nenhum cético; isso me parece não justificar o modelo caricatural do cético clássico que propõe. Hume o chama de "pirrônico" (*Investigação* XII, II, 7); exceto o nome, não é fácil encontrar nele outro atributo de semelhança.

Seguirei a ordem da exposição humeana. Primeiro, ele falará do ceticismo "antecedente"; depois, do ceticismo "consequente". Em relação ao primeiro, concentra sua crítica na dúvida cartesiana (*Investigação* XII, I, 3). Recordemos sua objeção: parece impossível duvidar de tudo e, se conseguíssemos, seria impossível sair dessas dúvidas.[9] Esse ceticismo "antecedente" não é recomendável, portanto, mas sim um ceticismo moderado, que nos ajude a nos livrar dos preconceitos, que nos ajude a ser imparciais e equânimes, e que permita um lento progresso de nosso conhecimento e de nossas determinações. Esse ceticismo moderado corresponde, segundo minha interpretação, à filosofia acadêmica.

Há, além disso, um ceticismo "consequente" à ciência (*Investigação* XII, I, 5). Hume distingue duas classes dele: aquele que poderíamos chamar de "superficial" e o "profundo". Em sua caracterização do primeiro, ele fala, com notório desprezo, dos argumentos mais vulgares, usados pelos céticos de todas as épocas contra a evidência dos sentidos (*Investigação* XII, I, 6). Se Hume acredita ter esgotado, com essas frases, sua descrição do ceticismo, isso provaria que ele também não distinguia entre pirronismo e relativismo. Destaquemos que o pirrônico não questiona apenas os sentidos. Vimos que um de seus procedimentos favoritos é opor as razões aos sentidos para mostrar que não dispõe de um fundamento adequado que lhe sirva de critério. Daí que o comentário de Hume se revele particularmente inadequado:

> Esses argumentos céticos apenas provam que não devemos confiar totalmente nos sentidos, mas que devemos corrigir seus dados (*evidence*) por meio da razão e por considerações derivadas da natureza do meio, da distância do objeto e da disposição dos órgãos, a fim de torná-los, dentro de sua esfera, critérios adequados da verdade e da falsidade. Mas há outros argumentos mais profundos contra os sentidos, que não admitem uma solução tão fácil. (*Ibid.*)

Não se deve ignorar, com leviandade, estas afirmações: (1) o testemunho dos sentidos é corrigível; (2) quem opera essa correção são a razão e uma avaliação das condições de observação; (3) uma vez operada a correção, os órgãos dos sentidos, dentro de sua esfera, são critérios adequados da verdade e da falsidade. O meio-termo, acadêmico, entre o pirronismo e o dogmatismo fica estabelecido em relação a esse ceticismo superficial. Vejamos os argumentos "mais profundos".

[9] Raciocínio semelhante em Leibniz, "Advertências contra a parte geral dos 'Princípios' de Desacrtes" (art. 5). Consulte-se minha edição crítica em *Diálogos*, vol. 13, n.º 32, Porto Rico, 1978, pp. 150-151.

O que os argumentos "vulgares" não levam em conta é que, embora um instinto natural cego nos faça acreditar que realmente percebemos o mundo exterior, "a filosofia mais fraca" nos diz que, na mente, só há imagens (*Investigação* XII, I, 9). O testemunho da razão, portanto, opõe-se ao testemunho dos sentidos. Mas, continua Hume, se quisermos nos afirmar nessa conquista e fundamentar uma filosofia, evitando as sutilezas dos céticos, verifica-se que não podemos fundamentá-la nem na experiência, nem na razão, pois não temos um critério de preferência. De fato, como saber que a fonte das percepções sensoriais são objetos externos (como acredita o instinto natural)? Não podemos tirar a cabeça para fora de nossa prisão de representações. Se obedecemos ao testemunho dos sentidos, acreditamos que a imagem é o objeto. Se nos apegamos à razão, somente admitimos a imagem e nos vemos separados, de forma inverossímil e tenaz, do mundo que nos rodeia. Portanto, se a opinião que afirma a existência de objetos externos se baseia em um instinto natural, ela é contrária à razão. Se se baseia na razão, é contrária ao instinto e, além disso, carece de fundamento racional.

Outro argumento cético, "que provém da filosofia mais profunda" (*Investigação* XII, I, 15), trata das qualidades dos objetos. Não somente as qualidades secundárias (calor, sabor etc.), mas também as primárias, ou inteligíveis, são produções do espírito.[10] Essa opinião é contrária à razão. De fato, a razão sustentava que as qualidades secundárias estão no espírito. Ao suprimir do objeto todas as qualidades, portanto também as primárias, aniquilamos a matéria. A causa de nossas percepções é o mundo exterior, é nosso espírito ou é uma incógnita? A última possibilidade é a que corresponde ao ceticismo. Parece-me abusivo atribuir ao pirronismo a ideia, ou o germe da ideia, que atribui as qualidades do objeto à criação da mente. Esses desenvolvimentos pretendem ser objeções dos céticos contra a razão e objeções decorrentes do raciocínio de Hume que levam ao ceticismo (na acepção trivial da palavra).

As características dos argumentos analisados, que se insinuam na primeira parte da *Investigação*, assumem na segunda parte a hierarquia das produções da razão (não são mais meras objeções céticas) que questionam "os princípios mais claros e naturais da razão humana" (*Investigação* XII, I, 2). Os problemas relativos ao espaço e ao tempo envolvem o infinito e mergulham a razão na perplexidade, na apreensão. Hume continua considerando o ceticismo como um estado de "dúvida e hesitação" e afirmará que "nada" pode se equiparar ao ceticismo suscitado pelas conclusões da matemática; mas, ao contrário dos pirrônicos, Hume não cede a essas dúvidas intangíveis e mantém os direitos epistêmicos da "geometria e da ciência da quantidade" (*Investigação* XII, II, 4). No que diz respeito aos raciocínios abstratos, Hume não está disposto a qualquer ceticismo. Deixemos, então, esses raciocínios de lado e consideremos os fatuais, embora gostaríamos de saber se os raciocínios matemáticos se sustentam só com uma decisão, como faz Hume, ou se é possível, além disso, oferecer argumentos racionais aceitáveis.

Hume subdivide as objeções céticas aos raciocínios relativos aos fatos em "populares" e "filosóficas" (*Investigação* XII, II, 5). De novo, o ceticismo antigo fica reduzido à plebe. Hume enumera de forma descuidada essas objeções populares. São aquelas que "decorrem da fraqueza do entendimento humano, das opiniões contraditórias sustentadas em diferentes épocas e nações" (*ibid.*). Mais uma vez, ele apresenta uma caracterização relativista do ceticismo; sua descrição é extraída em especial do quarto tropo de Sexto,[11] justamente o tropo que levanta com particular

[10] Hume, em sua famosa nota, cita Berkeley. Hoje sabemos que o primeiro a propor essa ideia foi Foucher, o cético acadêmico. Ver Richard A. Watson, *The Downfall of Cartesianism 1673–1712: A Study of Epistemological Issues in Late 17th Century Cartesianism*, La Haya, Martinus Nijhoff, 1966.

[11] E não é um resumo dos dez tropos, como indica Popkin, em seu artigo "David Hume: His Pyrrhonism and His Critique of Pyrrhonism", *op. cit.*, pp. 388 ss.

vigor o problema do critério, que Hume não percebe. A refutação de Hume é curiosa: para viver, é necessário formular raciocínios sobre fatos, e não poderíamos subsistir se os argumentos céticos destruíssem essa segurança. O que Hume parece não perceber é que o pirrônico respeita os direitos da vida cotidiana.

Os exemplos de Hume ilustram a fragilidade dos sentidos do ponto de vista epistemológico, mas não atacam a idoneidade dos instintos para nos fornecer sinais úteis e nos manter vivos, que é exatamente o que os pirrônicos exigem. Em seguida, sucedem-se as frases memoráveis, que marcaram uma época: "A ação, o trabalho e as ocupações da vida cotidiana são os grandes destruidores do *pirronismo*, ou seja, dos princípios céticos excessivos" (*ibid.*). E a objeção de Hume é típica da filosofia acadêmica; é a mesma de Luculo, que Cícero assume e prolonga.[12] Não se percebeu que, de qualquer forma, Hume considera que esses princípios pirrônicos podem triunfar nas escolas "nas quais é, na verdade, difícil, se não impossível, refutá-los" (*ibid.*).

Mas se as objeções "populares" ou pirrônicas são, talvez, irrefutáveis teoricamente, que vantagem oferecem as objeções "filosóficas"? Ser também irrefutáveis? Por outro lado, por que negar um caráter "filosófico" a um ceticismo confinado às escolas, que apresenta objeções talvez insolúveis? Além disso, de que adianta abrir-lhe "um amplo campo para triunfar" (*Investigação* XII, II, 6), se ele é vitorioso em seus domínios escolares? Porque a possibilidade de o pirronismo ser derrotado por meios não filosóficos é a mesma que afeta o ceticismo "filosófico" proposto por Hume. Em seguida, ele reitera os argumentos de ordem pragmática. Há em suas palavras ecos de Locke e de Crousaz.[13]

A caracterização do pirrônico oferecida por Hume contém, a meu ver, erros notáveis. Para começar, ele atribui ao pirrônico uma concepção da *epoché* que abrange não apenas as coisas opináveis, mas também as inevitáveis. Portanto, considera que o pirrônico não faz justiça às "necessidades da vida". Dessa forma, Hume preparou o caminho para apresentar, também nesse domínio, sua solução: a filosofia acadêmica. "Existe, na verdade — diz ele — um ceticismo mais *mitigado*, ou filosofia acadêmica, que pode ser duradouro e útil e, em parte, ser o resultado desse pirronismo — ou ceticismo *excessivo* —, se o bom senso e a reflexão corrigirem, de certa forma, suas dúvidas indistintas" (*Investigação* XII, III, 1).

Aqui fica novamente evidente que Hume apenas estabelece uma diferença de grau entre ambas as formas de ceticismo e, nisso também, demonstra sua adesão à filosofia acadêmica. Enquanto os pirrônicos sempre defenderam sua identidade contra qualquer contaminação filosófica, os acadêmicos sempre tiveram uma forte inclinação para o ecletismo. Diante da arrogância dos dogmáticos, Hume fala de "um pequeno matiz de pirronismo" (*ibid.*) para abater seu orgulho. Um pirrônico pensaria, de forma coerente, que "um pequeno matiz de pirronismo" é uma expressão equivalente a "um pouquinho de pneumonia". O pirronismo é um sistema fechado, monolítico, que se aceita ou se rejeita, mas do qual não se podem extrair alguns fragmentos para preencher as lacunas deixadas pela vaidade dogmática. Assim como os acadêmicos, Hume considerará que a dúvida deve acompanhar os raciocínios para impedir que extrapolem seus limites. Ao abandonar as proposições pirrônicas sobre a natureza do critério, ele se dedica a avaliar corretamente os limites do conhecimento provável. O livro conclui com uma apoteose em linguagem extensionista. Hume fala do "estreito alcance" das faculdades humanas, de "não ir além da vida cotidiana" (*Investigação* XII, III, 2). Ele recomenda não estender o

[12] Veja-se *Academica* II, 99-101 e 108-110.

[13] Um e outro revivem, às vezes de maneira amena, a antiga objeção; a consequência prática do pirronismo é a extinção da espécie: a fome ou a dor o tirarão de seu querido nada, exclama, com palavras semelhantes, John Locke (*Ensaio sobre o entendimento humano*, edição de Alexander Campbell Fraser, 2 vols., Nova York, Dover, 1959, vol. 1, IV, X, 2).

conhecimento próprio da ciência abstrata "mais além desses limites" (*Investigação* XII, III, 4), etc., etc.

Em suma: Hume é, a meu ver, um representante típico (imprevisível e genial nos detalhes) da filosofia acadêmica que defende o uso do conhecimento provável e até divulga os benefícios que derivariam de uma lógica do verossímil; defende a dúvida como companheira inseparável do conhecimento cauteloso; adere às teses relativas à incognoscibilidade do mundo externo; é fenomenista; acusa o cético pirrônico de favorecer a impassibilidade e a inação mortal.

6

Parece um tanto redundante afirmar que Hume sustentava que era acadêmico e, ademais, acumular argumentos para provar isso. O fato é que Popkin, no trabalho já citado, propôs Hume como paradigma do pirrônico. Dizem-me que Laird havia tentado, anos atrás, algo semelhante. Creio que a única coisa que resta demonstrar é a motivação que possa ter levado a essa atitude dos intérpretes. Já mencionei uma: Hume sustentou que o ceticismo "*mitigado*" é uma atenuação do "*excessivo*" ou pirrônico.

Popkin herdou essa suposição e, ao longo de seus estudos, considera que o pirrônico e a filosofia acadêmica, sob o título comum de ceticismo, são duas doutrinas comensuráveis. Esse erro teórico esteve associado a uma certa preferência não explicitada pelo pirronismo; dessa forma, a filosofia acadêmica ficou subsumida ao pirronismo como uma espécie moderada deste.[14]

Compreende-se agora que meu interesse por Hume é puramente instrumental: trata-se de um filósofo que expõe com singular clareza algumas confusões que herdamos, sem nos darmos conta disso, e que têm consequências filosóficas muito importantes tanto no plano teórico quanto no prático. Acredito que, em Hume, se sucedem atitudes pirrônicas (por exemplo, as famosas oposições entre os ditames da razão e dos instintos) na faceta *imatura* do pirrônico, com a *pax academica* com que conclui sua *Investigação.* Popkin, por outro lado, sustentou que Hume é o único pirrônico consistente, pois "encontrou a mistura adequada de dogmatismo e ceticismo, de crença e suspensão".[15] Mas, em Hume, a suspensão do juízo à maneira pirrônica não existe, a menos que se identifique, o que é um contrassenso, a "suspensão" com uma disposição de "duvidar".[16]

Por outro lado, não é próprio do dogmático acreditar, mas sim sustentar que pode conhecer a essência oculta das coisas. Isso revela uma suposição que Popkin compartilha com Hume: sustentar que a suspensão se refere às crenças. Daí conclui-se inexoravelmente que a suspensão é uma "atitude em relação a cada

[14] No plano historiográfico, a investigação sobre o ceticismo acadêmico na filosofia renascentista e moderna permanece adiada ou subordinada. Agora, começa-se a trabalhar nesse tema interessante; vide Charles B. Schmitt, *Cicero Scepticus: a study of the influence of the* Academica *in the Renaissance*, Haia, Martinus Nijhoff, 1972, bem como minha contribuição "Las *Academica* de Cicerón y la filosofía renascentista", em *International Studies in Philosophy*, vol. 7, 1975, pp. 57-68, e Richard H. Popkin, *The History of Scepticism from Erasmus to Spinoza*, Berkeley, University of California Press, 1979, capítulo 2, pp. 18-41. No plano sistemático, é interessante determinar se um cético moderado pode dar resposta ao problema pirrônico do critério. Sobre algumas dificuldades envolvidas e uma perspectiva otimista, consulte-se Roderick M. Chisholm, *The Theory of Knowledge*, 2ª edição, Nova Jersey, Englewood Cliffs, 1977, capítulo 7, pp. 119-134, e *The Problem of the Criterion*, Milwaukee, Marquette University Press, 1973.

[15] Richard H. Popkin, em seu artigo "David Hume: His Pyrrhonism and His Critique of Pyrrhonism", *op. cit.*, p. 126.

[16] Ver nota 3.

questão e a todas as questões".[17] Ora, se assim fosse, os pirrônicos antigos seriam "culpados de dogmatismo excessivo por pensarem que se deve e se pode suspender o juízo em relação a todas as questões".[18]

Essa versão errônea do pirronismo foi difundida, entre outros, por Hume. Talvez, se persistirmos em um trabalho de elucidação dos paradigmas céticos, possamos alcançar uma melhor compreensão da filosofia de Hume. Mas, para isso, é imprescindível não acreditar em Hume. É surpreendente que, ainda hoje, não se perceba que o programa humeano de ceticismo moderado seja inconsistente. John Passmore o recomenda com estas palavras:

> O que precisamos é de uma teoria que contenha pirronismo suficiente para nos preservar do dogmatismo, mas que não contenha tanto a ponto de nos levar à inação. E Hume achava que podia discernir tal "ceticismo mitigado" na Nova Academia: o ceticismo que Filo ensina nos *Diálogos* e que o próprio Hume esboça resumidamente na *Investigação.*[19]

As aporias da razão permaneceram sem solução e, para estudar a filosofia kantiana e sua resposta ao problema, parece-me instrutivo considerar a exacerbação dessas dificuldades no pensamento metafísico de Rousseau.

[17] Richard H. Popkin, *op. cit.*, p. 129.
[18] *Ibid.*, p. 128.
[19] John Passmore, *Hume's Intentions*, edição revisada, Londres, Duckworth, 1968, p. 150.